



EXPEDIENTE PARA A IX REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 11 de março de 2009

1 Às nove horas do dia onze de março do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo do
2 Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a IX
3 Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
4 CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei
5 nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15
6 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007.
7 A lista de presença encontra-se anexa. Dia 11: 1. Das 9:00 às 9:15 - Abertura, Aprovação
8 da Ata da VIII Plenária e da Pauta da IX Plenária; 2. Das 9:15 às 09:30 - Informes Gerais;
9 3. Das 09:30 às 11:45 - Propostas para a campanha para a aprovação da Emenda
10 Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o direito humano à alimentação adequada e
11 saudável no artigo 6º da Constituição Federal - 3.1 Das 09:30 às 10:00 - Abertura com os
12 Ministros Patrus Ananias, Paulo Vannuchi, Senador Antônio Carlos Valadares (a
13 confirmarem) e Deputado Nazareno Fonteles; 3.2 Das 10:00 às 10:15 - Exposição sobre a
14 tramitação da PEC - Deputado Nazareno Fonteles; 3.3 Das 10:15 às 10:30 - Exposição
15 sobre as implicações da emenda para a implementação do SISAN - Valéria
16 Burity/ABRANDH; 3.4 Das 10:30 às 10:45 - Apresentação da CP4 sobre o tema - aspectos
17 da mobilização para a campanha; 3.5 Das 10:45 às 11:30 - Debates e Encaminhamentos;
18 3.6 Das 11:30 às 11:50 - lançamento do livro “Exigibilidade do Direito Humano à
19 Alimentação Adequada e Saudável” e encerramento da Campanha da garantia do DHAA
20 para a população Guarani-Kaiowá – FIAN; 4. Das 11:50 às 12:30 - Informe e
21 esclarecimentos sobre a MP do PNAE; Das 12:30 às 13:45 - INTERVALO para o
22 ALMOÇO; 5. Das 13:45 às 16:00 - Apresentação das contribuições das Comissões
23 Permanentes e aprovação do documento produzido pela oficina “Construindo o Sistema
24 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”; 6. Das 16:00 às 18:00 - Apresentação das
25 Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais e finalização
26 do planejamento do CONSEA para 2009; 7. Às 18:00 – Encerramento. Dia 11: 1. Das 9:00
27 às 9:15 - Abertura, Aprovação da Ata da VIII Plenária e da Pauta da IX Plenária: A
28 Plenária teve início com o presidente do CONSEA, Renato Maluf, dando boas-vindas aos
29 presentes. Esta Plenária teve transmissão ao vivo pelo Canal NBR. A ata da VIII Plenária e
30 a pauta desta reunião foram aprovadas por unanimidade. A Mesa foi composta pelo
31 presidente do CONSEA, Renato Maluf; Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à
32 Fome, Patrus Ananias; José Graziano da Silva, Diretor Regional da FAO/América Latina;
33 Nazareno Fonteles, Deputado Federal; Ivair Augusto Alves dos Santos, representante do
34 Ministro Paulo Vanucci, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O Presidente do
35 CONSEA registrou a presença do Sr. José Antônio Marcondes Carvalho, Embaixador do
36 Brasil, junto à FAO, em Roma; Sr. José Tobino, representante da FAO/Brasil; Srs.
37 Fernando Rosero e Jorge Terán, CAFOLIS/Equador; Srs. Hélio de Sousa Rodrigues Junior
38 e Núbia de Sousa Ferro, assessores do Senador Antônio Carlos Valadares, PSB/SE. 2.



39 Das 9:15 às 09:30 - Informes Gerais: Renato Maluf apresentou os Informes da Presidência
40 do CONSEA: i) O Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, esteve no Brasil. O
41 Ministro Patrus Ananias participou de audiência do Dr. Jacques Diouf com o Presidente
42 Lula. Um ponto da agenda do Diretor-Geral no Brasil foi a realização do encontro de
43 Chefes de Estado, em novembro, em Roma, com participação do Presidente Lula. Em
44 outro encontro com o diretor da FAO, ficou estabelecido que o CONSEA participará da
45 organização dos Processos de Preparação Nacionais para a Reunião da Cúpula de Chefes
46 de Estado. O CONSEA deverá ser estudo de uma proposta de documento estratégico nessa
47 área de ações entre Sociedade Civil e Governo na Segurança Alimentar. ii) O Seminário
48 sobre instrumentos de exigibilidade do direito humano à alimentação acontecerá em
49 outubro de 2009. iii) O Documento “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no
50 Brasil: Políticas Públicas Inovadoras”, elaborado pelo Governo Brasileiro, conjuntamente
51 com o CONSEA, tem o objetivo de subsidiar a Delegação Brasileira, chefiada pelo
52 Ministro Patrus Ananias e com participação da observadora do CONSEA Nathalie Beghin,
53 durante a Reunião de Alto Nível sobre “Segurança Alimentar para Todos”, realizada em
54 Madri-Espanha, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2009. iv) As atividades organizadas pelo
55 CONSEA, no Fórum Social Mundial, em Belém-PA, tiveram bons êxitos; foi realizada
56 uma oficina, com excelente conteúdo e boa presença, cumprindo assim o objetivo do
57 CONSEA de contribuir para a inserção do tema do CONSEA na agenda do Fórum Social
58 Mundial. O seguinte item a ser debatido foi o 3. Das 09:30 às 11:45 - Propostas para a
59 campanha para a aprovação da Emenda Constitucional (PEC 47/2003), que inclui o direito
60 humano à alimentação adequada e saudável no art. 6º da Constituição Federal. 3.2 Das
61 10:00 às 10:15 - Exposição sobre a tramitação da PEC - Deputado Nazareno Fonteles:
62 Após cumprimentar a Mesa e o Plenário, o Deputado considerou louvável a iniciativa do
63 CONSEA de, junto com lideranças da sociedade e do Governo, promover uma campanha
64 para o bom êxito da Proposta de Emenda à Constituição – PEC. Disse que a aprovação da
65 PEC do Senador Antônio Carlos Valadares -PSB/SE foi relativamente fácil no Senado
66 Federal (chegou ao Senado em 2001 e foi aprovada em 2003). A mesma chegou à Câmara
67 dos Deputados em 2003 e ainda continua em tramitação. Em 2007 foi criada a Frente
68 Parlamentar da Segurança Alimentar, tendo como prioridade a aprovação da PEC, na
69 Câmara dos Deputados. Nesse sentido, o Deputado Nazareno elaborou uma Proposta de
70 Emenda objetivando reforçar a do Senador e acrescentado a Comunicação como direito
71 social. As duas PECs já foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça. Conclui-
72 se então que a do Senador Valadares irá para o Senado apenas o tema da Comunicação,
73 sendo, assim, mais rápida a aprovação da Proposta, na Câmara. Como existem vários
74 outros projetos a serem aprovados, o Deputado considera a necessidade de uma força
75 externa representativa da sociedade civil e do Governo para sensibilizar as lideranças e o
76 Presidente da Câmara. O Deputado sugeriu que o Ministro do MDS, Patrus Ananias,
77 fizesse uma audiência com o Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos
78 Deputados, para tratar deste assunto. Disse que está faltando montar a Comissão Especial
79 que relata a matéria, na Câmara. Para isso, os Partidos precisam ser sensibilizados. O
80 Deputado está confiante na aprovação desta PEC ainda este ano. 3.3 Das 10:15 às 10:30 -
81 Exposição sobre as implicações da emenda para a implementação do SISAN - Valéria



82 Burity/ABRANDH: Falou da importância da PEC da Alimentação. Disse que as pessoas
83 que militam com o direito humano à alimentação defendem a idéia de que já há
84 argumentos suficientes, por meio de normas nacionais e internacionais, para se exigir e
85 promover esse direito. Contudo, é importante a menção expressa na Constituição, no seu
86 art. 6º, para que ele se torne um Direito Fundamental, com aplicabilidade imediata.
87 Mencionou o ganho político com o reconhecimento da alimentação como direito.
88 Considerou que a campanha que o CONSEA está lançando pelo direito humano à
89 alimentação é extremamente louvável. A mobilização em si é um instrumento para fazer
90 com que essa norma, quando ela for aprovada, possa ter uma chance muito maior de
91 efetividade. 3.1 Das 09:30 às 10:00 - Abertura com os Ministros Patrus Ananias, Paulo
92 Vannuchi, Senador Antônio Carlos Valadares (a confirmarem) e Deputado Nazareno
93 Fonteles: O Ministro Patrus Ananias saudou os presentes e disse que é preciso chegarmos
94 em 2015 cumprindo os objetivos das Metas do Milênio das Nações Unidas e que a
95 alimentação deve ser colocada no campo dos direitos fundamentais. O Ministro falou que o
96 Brasil ainda tem uma visão assistencialista da alimentação e que é preciso transcender à
97 idéia de que a alimentação está ligada a gestos de boa vontade. A alimentação é um direito
98 permanente e não pode depender da boa vontade das pessoas. Esse espírito de compaixão
99 ao próximo tem que se tornar uma prática permanente. E essa prática se materializa através
100 da Norma Jurídica. A alimentação é direito de quem precisa se alimentar e dever do
101 Estado, com a participação efetiva da sociedade. Nenhum país é soberano se não tiver
102 estoque de alimentos para viver em situações emergenciais. E nesse contexto a Emenda
103 Constitucional é muito importante. Falou que durante a discussão da Lei Orgânica de
104 Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN se observou a sensibilidade do Congresso
105 Nacional a esse tema. O Ministro disse que cresce o desejo de superação da pobreza e da
106 exclusão social, de reduzir cada vez mais as injustiças e desigualdades sociais, de
107 consolidar e ampliar as políticas sociais na perspectiva da justiça social e de estabelecer um
108 patamar comum de direitos e oportunidades para todas as pessoas. O Ministro falou que o
109 CONSEA, pela sua representatividade, já está cumprindo e pode cumprir um papel cada
110 vez maior nesse processo, mobilizando os CONSEAs Estaduais e Municipais e entidades
111 da sociedade civil e governamentais para que essa questão da alimentação se torne
112 suprapartidária. Comida é direito. E quem não tem comida, tem que bater à porta do Poder
113 Público para reivindicá-la. Defendeu que nesse contexto de crise, deve ser reafirmado o
114 compromisso de que os pobres não podem pagar o preço da crise e não pode haver
115 retrocesso no campo das políticas sociais, especialmente na SAN. Disse que o Presidente
116 Lula tem que ser respaldado por ter criado esse grande movimento no país. E que em a
117 crise chegando ao Brasil, ela deve ser enfrentada por todos com serenidade. O Sr. José
118 Graziano da Silva, Diretor Regional da FAO para América Latina e Caribe se manifestou
119 acerca do tema em tela, enumerando alguns pontos preocupantes vistos pela FAO em
120 relação ao contexto mundial da superposição da crise de alimentos e financeira. Informou
121 que o último número de subnutridos no mundo soma mais de quarenta milhões de pessoas,
122 no ano de 2008. Teme que no final de 2009 seja anunciado um número significativamente
123 superior a esse. O foco não mais é a crise alimentar, mas a crise financeira mundial. Disse
124 que os números da FAO são contundentes em mostrar que a crise existe e está agravada.



125 Em quase todos os países latino-americanos existe uma inflação de dois dígitos, e isso tem
126 a ver com alimentos importados e preços altos, contudo o Brasil é uma exceção. Falou que
127 hoje, com a queda dos preços ao produtor, os preços ao consumidor, segundo as contas da
128 FAO, estão entre trinta e cinquenta por cento mais altos do que em 2005. E a crise de 2009
129 deverá ser pior em 2010. A região que sofreu maior impacto da crise foi a América Latina.
130 A FAO está convocando uma reunião, a ser realizada em Roma, no final de 2009, para
131 discutir a crise mundial. Disse que o Diretor-Geral da FAO apresentou cinco razões para
132 realização da reunião: i) impedir o aumento da fome; ii) propor bases para um plano
133 mundial para erradicar a fome; iii) repensar o sistema de governança e seguridade
134 alimentar; iv) incrementar o uso de áreas, problema agravado com a produção de
135 biocombustíveis; v) discutir em quais mecanismos os países podem avançar para enfrentar
136 a crise mundial. Falou que o Deputado Nazareno Fonteles, junto com o Deputado Simão
137 Pedro, da Frente Parlamentar Contra a Fome do Estado de São Paulo, e a FAO, estão
138 organizando uma Frente Parlamentar Americana Contra a Fome, objetivando impulsionar
139 leis de segurança alimentar, a se reunir nos dias 16 e 17 de outubro, em São Paulo, com
140 participação dos Estados Unidos. São Paulo foi escolhida por ser sede do Parlatino
141 Latinoamericano. O Diretor Regional deixou com Renato Maluf um documento como
142 resumos de ações de como enfrentar a crise, uma compilação dos números do impacto da
143 crise e defesa do porquê, na América Latina, o tema da segurança alimentar não está
144 dissociado da Agricultura Familiar. Sobre este tema, também se manifestou o Sr. Ivair
145 Alves Santos, representando o Ministro Paulo Vannuchi, do Ministério da Justiça. Ele
146 disse que o tema sobre direito humano à alimentação entrou na Secretaria de Direitos
147 Humanos de maneira muito tímida, quando a Secretaria foi convocada para fazer relatórios
148 explicativos sobre o assunto. Lembrou-se de um grupo de relatores da UNICEF que
149 apontou a questão da fome nas crianças quilombolas, dizendo ser preciso ter um olhar mais
150 sério em relação à questão indígena e quilombola. Falou que a Secretaria de Direitos
151 Humanos entrou de maneira dramática na questão do direito humano à alimentação na
152 discussão dos índios Guarani-Kaiowá. O Ministro Vanucci tinha acabado de ser nomeado,
153 e foi chamado para ir a Antônio João, em Mato Grosso do Sul, e este palestrante foi
154 indicado a acompanhá-lo, foi quando viu de perto o que conhecia apenas por relatórios. A
155 questão era imediata, e o MDS e pessoas empenhadas foram fundamentais para resolver o
156 problema. Falou de uma experiência vivida num quilombo, na cidade de Horizonte, no
157 Ceará, quando uma família disse com muito orgulho que recebia o Bolsa Família,
158 impedindo assim de mendigarem. Ivair Santos disse ao Deputado Nazareno que a PEC tem
159 impacto em direitos humanos. Disse que a Secretaria de Direitos Humanos do MJ está em
160 fase de aperfeiçoamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, e que o direito
161 humano à alimentação tem que entrar com mais força na atualização do Programa. Sentiu-
162 se comprometido em discutir o assunto com o Ministro Paulo Vannuchi. Agradeceu a
163 oportunidade de estar nesta reunião e ter presenciado os depoimentos anteriores.
164 Comprometeu-se a militar na causa do direito humano à alimentação. Neste momento, o
165 Ministro Patrus Ananias se ausentou da reunião para prestigiar a inauguração de um
166 restaurante popular. O Secretário Crispim Moreira foi convidado a compor a Mesa, em
167 substituição ao Ministro. 3.4 Das 10:30 às 10:45 - Apresentação da CP4 sobre o tema -



aspectos da mobilização para a campanha: A Conselheira Elisabetta Recine apresentou a sugestão de organização para mobilização de aprovação da PEC, objetivando a ratificação da mesma até 16 outubro de 2009. E mais do que a aprovação da PEC, a proposta da CP4 é alcançar um superávit de mobilização social. O objetivo é que a Plenária discuta a proposta. A Conselheira apresentou o cronograma da proposta. Renato Maluf informou que o Relator Nacional pelo Direito Humano à Alimentação, Clóvis Zimmermann, foi convidado a estar presente nesta reunião, mas não pôde comparecer por conta de outros compromissos. 3.5 Das 10:45 às 11:30 - Debates e Encaminhamentos: Na seqüência, passou-se à discussão do tema por parte da Plenária. O Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca Menezes informou que já foi aprovada a Lei de Soberania Alimentar Equatoriana, o que significa avanços na América Latina. Anunciou a pré-estréia, no dia 28 de abril, do filme Garapa, do Diretor José Padilha. Renato Maluf apresentou oficialmente a Conselheira Maria Querubina, representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Oficializou a indicação da Conselheira Sandra Chaves, representante da Associação Brasileira da Saúde Coletiva e também a participação do Conselheiro Edno Brito, representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Informou aos interessados em participar de alguma instância de organização sugerida pela CP4, que se manifestassem durante este dia, junto à Secretaria Executiva do CONSEA. Os palestrantes fizeram suas considerações finais, agradecendo pela oportunidade de serem convidados a participar desta reunião. 3.6 Das 11:30 às 11:50 - Lançamento do livro “Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável” e encerramento da Campanha da garantia do DHAA para a população Guarani-Kaiowá – FIAN: Renato Maluf disse da satisfação do CONSEA em fazer o lançamento oficial do livro e também que se sentia honrado por prefaciá-lo, e que segundo o mesmo é uma obra de muita qualidade. Parabenizou os organizadores da publicação. O Sr. Fernando Rosero, da CAFOLIS/Equador, fez uso da palavra e disse sentir-se muito contente por estar presente nesta reunião. Falou que no ano de 2008, foi introduzido na Constituição Federal do Equador o direito humano à alimentação. Renato Maluf falou da importância dos intercâmbios realizados com os diversos países. 4. Das 11:50 às 12:30 - Informe e esclarecimentos sobre a MP do PNAE: Renato Maluf apresentou alguns esclarecimentos a respeito da MP do PNAE: Disse que durante o Fórum Social Mundial foi noticiado que o Governo Federal estava decidindo editar uma Medida Provisória relativa à PNAE, com modificações importantes, a partir de uma demanda do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para rever alguns itens do Projeto de Lei, especialmente o item que estabelece a aquisição mínima de 30% de produtos da Agricultura Familiar, o item que veda explicitamente a terceirização da alimentação escolar e o item que define os tipos de alimentos (conceituação do que é alimento natural, semi-elaborado, industrializado ou transformado). Dessa negociação, por determinação do Presidente Lula, chegou-se a um acordo nesses artigos, o que deu origem a uma Medida Provisória, enviada ao Congresso Nacional, com as modificações nesses pontos. A MP permitirá dar efeito imediato ao Programa para o período escolar de 2008. A Mesa Diretiva do CONSEA se reuniu logo em seguida à edição da MP, e foi feita uma Exposição de Motivos *ad referendum* da Plenária expressando a opinião do Conselho (com



representação governamental e da sociedade civil), informando ao Presidente Lula a insatisfação do CONSEA com o atropelo no processo da formulação que vinha sendo seguido; o CONSEA não foi consultado, e o processo não passou pela Câmara Interministerial. A Exposição de Motivos deve expressar ao Presidente da República que este Conselho gostaria que o Governo atuasse com relação à tramitação da Medida Provisória na direção de evitar retrocessos ainda maiores e, se possível, na direção de recompor pontos considerados fundamentais pelo CONSEA. A Conselheira Albaneide Peixinho fez uso da palavra para complementar a fala de Renato Maluf, e disse que estão sendo feitas respostas às setenta emendas. Informou que o MEC está organizando Conferências Municipais de Educação, a realizar-se no primeiro semestre de 2009; Conferências Estaduais de Educação, a realizar-se no segundo semestre de 2009; Conferência Nacional da Educação, a realizar-se em 2010. E pela primeira vez será discutido o tema do PNAE, nas Conferências Municipais. Durante reunião, em Brasília, com participação de novecentos municípios, Albaneide Peixinho falou que os agricultores questionaram vários itens da MP. Foi esclarecido aos participantes daquela reunião que a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME foi a responsável por deliberar sobre as questões. A UNDIME Nacional agora está discutindo a Medida Provisória com as UNDIMES locais e regionais, e isso pode resultar numa forma diferente do que se imagina no Congresso Nacional. Estão acontecendo reuniões nacionais sobre o PNAE e sobre todos os programas do FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A Conselheira disse que quase 1500 municípios já manifestaram interesse em comprar da Agricultura Familiar, num processo anterior à MP, e agora não sabem o que fazer, já que a MP ainda não foi aprovada. Existe um Grupo Técnico discutindo a agilidade desse processo de compra, já que os pequenos municípios não podem argumentar que não podem utilizar a Lei 8.666. Os grandes municípios já fizeram licitação utilizando Lei de Licitações. E está havendo uma discussão jurídica para decidir se esses municípios podem comprar da Agricultura Familiar pelas normas do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Quanto às setenta emendas, Albaneide Peixinho disse que as distribuiu a alguns membros do CONSEA, pedindo que se pronunciassem a respeito, contudo, não houve retorno, com exceção do CFN – Conselho Federal de Nutricionista. Portanto, as respostas encaminhadas serão apenas as do FNDE. Quase todas as emendas estão sendo vetadas. Apenas as propostas do Deputado Nazareno Fonteles foram aceitas, com exceção do parágrafo que atrela a dispensa da licitação ao PAA, que há entendimento de que deve ser discutida mais profundamente. Sobre o art. 12, foi feito um Parecer Técnico, que a Casa Civil solicitou, sobre a Medida Provisória, o que é considerado como avanços e justificativas do que aconteceu. Eles queriam saber a visão do PNAE em relação à MP, em função da Exposição de Motivos do CONSEA. A retirada do art. 12 foi uma decisão do PNAE. O PNAE propôs uma nova redação desse artigo, de acordo com o Guia Alimentar da ANVISA e com a Portaria 1.010 do Ministério da Saúde e Ministério da Educação. A lei tem que dar as diretrizes aos nutricionistas de como eles devem elaborar o cardápio. Albaneide Peixinho passou a Nota Técnica aos presentes, e solicitou as contribuições dos mesmos sobre as setenta emendas ao Projeto. O Sr. Juarez Martins, Assessor do Deputado Nazareno Fonteles, também fez alguns esclarecimentos. Disse que no dia 19/03/2009,



começará a trancar a pauta na Câmara dos Deputados. Disse que na frente da MP existem mais seis projetos a serem votados. Esta matéria não tem ainda relator definido, contudo tem quatro Deputados pleiteando sua relatoria, que são eles: Deputados Assis do Couto – PT/PR, envolvido com a Agricultura Familiar, e já apresentou algumas Emendas ao Projeto; Deputado Elismar Prado - PT/MG, autor do Projeto 1.659; Deputado Carlos Abicalil – PT/MT, professor; Deputado Gastão Vieira – PMDB/MA, professor. Falou que o Deputado Carlos Abicalil estaria, às 15h deste dia, no CONSEA, para conversar com os envolvidos com a MP. A Medida Provisória será aprovada na Câmara dos Deputados, em dois turnos. Depois irá para o Senado Federal, para ser aprovada lá também. Com as setenta Emendas, ainda há o temor de que a MP retroceda, se o relator for ruim. Na sequência, outras falas foram feitas a respeito do assunto seguindo as posições anteriores. A Conselheira Marília Leão, da ABRANDH, falou da importância do SISAN. A Conselheira Regina da Silva Miranda homenageou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março. Das 12:30 às 13:45 - INTERVALO para o ALMOÇO. Os trabalhos da tarde deram início com o encerramento da Campanha da garantia do DHAA para a população Guarani-Kaiowá – FIAN: A Sr^a. Jônia Rodrigues, da FIAN Brasil, informou que desde 2005 a FIAN começou um trabalho em Mato Grosso do Sul. Nesse período, ocorreram treze mortes de crianças indígenas por desnutrição. A partir de então, a FIAN começou a acompanhar a situação de violação, que desencadeou várias ações. Uma delas foi levar o caso para a Comissão Especial de Monitoramento de Violação do CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que acompanhou a situação. Foi criado um Grupo de Trabalho Indígena, dentro do CDDPH. Outra questão foi sensibilizar a sociedade civil: em 2008, a FIAN Internacional lançou uma campanha pelo direito humano à alimentação adequada, que acompanhava situações de violação na Índia, em Gana e no Brasil, com o caso Guarani, dando visibilidade para a questão. Por conta da campanha, vieram representantes da França, Bélgica e Holanda visitar as comunidades Guaranis. Em outubro de 2008, através de representantes da comunidade e parceiros, o assunto foi divulgado na Europa. Jônia Rodrigues informou que quando a FIAN esteve na Europa, durante a Semana Mundial da Alimentação, além do vídeo contando um pouco da situação indígena em MT, foi lançada uma campanha de postais, direcionada ao Presidente Lula, nos quais é solicitado que o Governo colabore e empenhe esforços na demarcação das terras indígenas no MT (2.494 cartões foram assinados pela Bélgica, França, Suécia, Holanda e Brasil). Informou que em 2007, o Ministério Público fez um Termo de Ajustamento de Conduta com a FUNAI, no qual a FUNAI se comprometeu a fazer seis Grupos de Trabalho para reconhecer as terras indígenas. Mas os integrantes desses GTs estão ameaçados de morte pelos fazendeiros da região. Jônia entregou uma carta a Renato Maluf solicitando ao CONSEA que tome as providências o que lhe cabe e contribua no encaminhamento dos cartões ao Presidente da República. Foram disponibilizados cartões durante esta reunião para serem assinados. Renato Maluf agradeceu a confiança depositada no CONSEA, e disse que considera incorporada na agenda do Conselho a questão trazida pela FIAN. Foi apresentado o vídeo à Plenária. 5. Das 13:45 às 16:00 - Apresentação das contribuições das Comissões Permanentes e aprovação do documento produzido pela oficina “Construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”: 1)



297 Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do SISAN – A
298 Conselheira Maria Emília Pacheco informou que o material usado pela CP1 foi a síntese do
299 Seminário. E algumas conclusões foram tiradas a partir das discussões da Comissão: i)
300 Continuar o debate para aperfeiçoamento do Documento produzido pela Oficina; ii) Dar
301 um formato de político ao Documento do CONSEA, dando referência à Política e ao Plano
302 de SAN; iii) Abordar com mais detalhes os componentes do Sistema; iv) Abordar os
303 princípios, diretrizes e financiamento e fazer referência às indicações dos Sistemas locais.
304 A Conselheira destacou alguns pontos analisados na CP1: i) Recuperar a importância de
305 pensar a Política, o Plano e a construção do Sistema à luz da soberania alimentar; ii) A
306 importância de enfatizar a participação popular; iii) Destacar as chamadas Portas de
307 Entrada da construção do Sistema. Os seguintes encaminhamentos foram tirados da
308 reunião da Comissão: Montar uma comissão, sendo coordenada pela CP1, para elaborar
309 uma minuta dos itens apresentados acima. Como consequência dessa minuta, seria tirado
310 um documento político mais amplo e com subsídios para debate nos Estados, Municípios,
311 órgãos públicos e organizações da sociedade; e uma síntese desse documento ampliado
312 será encaminhada à Presidência da República. Esse debate voltaria à Plenária no mês
313 junho. A Conselheira considerou que muito importante esse ponto ter sido pautado nas
314 várias Comissões do CONSEA. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e
315 Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento– Não houve discussão, apenas houve a
316 apresentação da proposta apresentada pela CP1, que foi referendada pela CP2. 3) Comissão
317 Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – Não houve
318 discussão do tema. 4) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada
319 – A Conselheira Elisabetta Recine informou que a CP4 não trabalhou todo o Documento,
320 apenas os itens 1. Pressupostos/Diretrizes/Fundamentos necessários para a construção do
321 Sistema, e 9. Exigibilidade do direito humano à alimentação adequada no contexto do
322 SISAN. Disse que não houve tempo suficiente para trabalharem o texto de uma maneira
323 mais organizada. A preocupação da Comissão foi que o Documento tivesse o caráter de
324 relato da Oficina, contudo, ele deixou alguns aspectos confusos ou não tão bem
325 trabalhados. Disse, então, que o texto do Documento precisa ser organizado e trabalhado
326 um pouco mais, e que existem pressupostos que necessariamente precisam estar mais
327 claros e incorporados quando o Documento final for feito; aspectos da LOSAN ficaram
328 confusos em termos de linguagem e abordagem. A Conselheira deixou os comentários que
329 a CP4 fez quanto à redação do Documento para a Secretaria do CONSEA avaliar o que
330 deve ser aceito e incorporado ao Documento final. Uma preocupação da Comissão foi que
331 nesses documentos que começam cada vez mais a concretizar do SISAN houvesse mais
332 atenção na linguagem utilizada. 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras
333 e Povos e Comunidades Tradicionais – O Conselheiro Antônio José da Costa disse que a
334 lógica da abordagem ao Documento não foge à das outras CPs, principalmente quanto ao
335 entendimento da metodologia pedagógica. A CP5 pontuou no documento algumas formas
336 de contribuição para SISAN. A Comissão discutiu a questão de algumas palavras não
337 estarem no cotidiano das comunidades tradicionais, tais como “Porta de Entrada”. No
338 Documento geral, os integrantes da CP5 querem dar visibilidade às comunidades
339 tradicionais, a partir de uma política etno-racial. O Conselheiro disse que pela primeira vez



aconteceu uma reunião da CP5 com todos os segmentos integrados e dando suas contribuições. 6) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – O Conselheiro Antonio Ricardo Domingos da Costa disse que a Comissão propôs discussão sobre a questão das terras indígenas, que não constava no Documento. Foram colocados três itens de modificação na síntese do documento da Oficina do SISAN: i) “Item 9.6 – Excluir populações tradicionais e incluir povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais”; ii) “Criar o Item 10.5 – acompanhar junto a FUNASA a criação e implementação do SISAN indígena”; iii) “Criar o item 9.7 – garantir a regularização fundiária das terras indígenas, visto que a mesma esta diretamente ligada ao DHAA”. 7) Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais – O Conselheiro Miguel Montaña abordou os aspectos gerais do Documento resultante da Oficina. E destacou-se na reunião da Comissão: i) Quando se falar em SISAN, falar também em direito humano à alimentação e soberania alimentar; ii) Quando tratar de intersectorialidade, que a trate em toda a abrangência que ela permite, inclusive nos programas e políticas que tratam de territorialidade; iii) A importância da questão orçamentária que o SISAN vai demandar da incorporação desta pelo Estado; iv) Apoio a algumas Comissões que estão pensando na existência de uma Secretaria Técnica de apoio ao SISAN. O Conselheiro lembrou que é preciso haver uma melhor normatização de colaboração entre os CONSEAs, no âmbito nacional, estadual e municipal. Os encaminhamentos apresentados e aprovados como consequência das apresentações das Comissões foram os seguintes: i) Aperfeiçoamento do Documento; ii) Designar um Grupo de Trabalho de Redação Intercomissões para elaborar uma versão completa e revisada do Documento da Oficina. Essa versão revisada poderá ser equacionada na Mesa Diretiva do CONSEA, quando será novamente revisada e feitos encaminhamentos do que se fará dali para frente. iii) A CP1 assumirá o processo de consolidação do Documento com base nas contribuições das Comissões, nas observações feitas em Plenário e nos documentos apresentados na Oficina e depois enviará esse documento consolidado à Mesa Diretiva. iv) Após concluído o Documento, até julho de 2009, ele voltará à Plenária para uma aprovação e encaminhamentos formais do CONSEA. v) Acontecerá uma reunião da Mesa Diretiva do CONSEA, no dia 26 de março de 2009, quando haverá uma primeira apreciação das proposições ao Documento. 6. Das 16:00 às 18:00 - Apresentação das Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais e finalização do planejamento do CONSEA para 2009: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan – A Conselheira Marília Leão informou que a CP1 não discutiu o Planejamento, mas ao rever o que foi trabalhado nas últimas reuniões, a Comissão entendeu que o Planejamento estava de acordo com a agenda proposta para o CONSEA. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento – A Conselheira Maria Emília Pacheco informou que a CP2 teve na sua pauta uma discussão com a ANA - Agência Nacional de Água sobre desdobramentos da Plenária realizada em Pernambuco. A Comissão entendeu ser muito importante que a presidência do CONSEA solicite ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Agricultura que também apresentem o seu ponto de vista sobre o Documento, pois há uma previsão de retomada do debate com a ANA e esses Ministérios, em reunião, em junho deste ano. A Conselheira propôs que Conselheiros de



383 outras Comissões participem dessa reunião de junho. A Comissão deseja renovar a
384 solicitação aos outros órgãos de Governo que enviem ao CONSEA respostas ao
385 Documento sobre agrocombustíveis e a Agenda Internacional. Outra recomendação tirada
386 da CP2 foi que será retomado o debate da Agenda Internacional, na próxima reunião da
387 Comissão, em abril. Foi retomada a ideia de se discutir a proposta de indicadores de SAN,
388 conjuntamente com Grupo de Trabalho sobre Indicadores. Há uma previsão de um debate
389 sobre o acesso a Terra e aos recursos naturais tomando como foco o modelo de produção e
390 o papel das comunidades tradicionais. Está confirmado para agosto deste ano, na Plenária,
391 discussão sobre Mudanças Climáticas e seus Impactos sobre Soberania e Segurança
392 Alimentar e Nutricional. Durante a reunião da Comissão, concluiu-se que deve haver um
393 esforço de incorporar no debate dos temas priorizados a leitura do orçamento. Renato
394 Maluf sugeriu que a discussão de Parceria Global se inserisse em uma atualização do
395 debate do CONSEA sobre a crise e estratégias nacionais e internacionais. 3) Comissão
396 Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – A
397 Conselheira Regina da Silva Miranda informou que a CP3 teve uma reunião densa porque
398 foi a oportunidade de conhecer o produto que duas sistematizadoras (Maria de Fátima
399 Carvalho e a Ana Maria Cavalcante) construíram a respeito da Política e do Plano Nacional
400 de Segurança Alimentar. O objetivo da reunião da Comissão foi conhecer o documento e
401 obter explicações das consultoras de como consultá-lo. A Comissão debateu os
402 encaminhamentos que serão feitos a partir desse documento. Baseada nesses
403 encaminhamentos, a CP3 decidiu formar um grupo para propor um método de trabalho
404 para analisar o Documento apresentado pelas consultoras. Informou que no final de abril
405 será realizado um diálogo entre a metodologia e essa primeira impressão dos revisores.
406 Sobre o encaminhamento do Grupo de Trabalho Produção e Abastecimento, o Conselheiro
407 Carlos Eduardo O. de Souza Leite fez algumas considerações. A ideia do GT
408 Abastecimento era retomar os trabalhos acumulados em 2005, com o documento
409 encaminhado ao Governo sobre a Política de Abastecimento e atualizar a evolução que o
410 CONSEA teve em diversos temas como o da questão dos produtos da agrobiodiversidade e
411 outros temas que foram surgindo e que podem ser incorporados em um debate sobre a
412 política de abastecimento. O GT foi constituído e teve uma primeira reunião em dezembro
413 de 2008, com vários participantes. A preocupação da Comissão é trazer mais a CP3 para o
414 acompanhamento dos programas e ações que estão hoje na Ordem do Dia. A CP3 propôs
415 uma reunião para o dia 27 de abril, no período da tarde. 4) Comissão Permanente 4 -
416 Direito Humano à Alimentação Adequada – A Conselheira Elisabetta Recine disse que
417 grande parte da reunião da Comissão foi dedicada ao tema da Mobilização e do
418 Documento do SISAN. Em relação ao Planejamento, a CP4 reafirmou o planejamento que
419 já tinha sido aprovado. Só foram discutidas algumas ações mais concretas e intensas em
420 relação à aproximação dos membros da Comissão com a própria CP4 e com os Presidentes
421 de CONSEAs Estaduais. Informou que será encaminhado aos CONSEAs Estaduais um
422 pedido para que os temas trabalhados pela CP4 sejam contemplados nos encontros
423 regionais. A Conselheira solicitou à Secretaria do CONSEA que organize uma reunião
424 com representantes das Comissões de Direito Humano dos CONSEAs Estaduais, em
425 Brasília, um dia antes à reunião dos Presidentes Estaduais. Falou também que será mantido



um espaço na Plenária de junho para apresentar aos Conselheiros a metodologia desenvolvida e utilizada pela CP4. A Conselheira registrou a continuidade de um trabalho de dar qualidade à discussão dos instrumentos de exigibilidade no âmbito do PNAE. E houve uma reunião, no dia 10 de março, do GT do PNAE. Solicitou à Secretaria do CONSEA a indicação de pessoas e entidades dispostas em participar do processo de mobilização da campanha pela PEC. Foram indicados os seguintes nomes - Aldenora Pereira, Meyre Andréa David, Virgínia Lunalva, Raimundo Nobre, Celso Marcatt, Gleise Peiter, Ubiraci Dantas e Maria Querubina da Silva. 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais – O Conselheiro Antônio José da Costa informou que a CP5 debateu mais o Documento síntese da Oficina, e que foram feitas várias recomendações sobre o patrimônio territorial das comunidades tradicionais. Foi mantida a pauta planejada para 2009, sendo acrescida a questão da reintegração. Propôs à CP6 que quando houvesse assuntos em comum, que as duas Comissões tratem conjuntamente o tema. O Conselheiro relacionou vários temas a serem tratados na Comissão. Será discutida na Comissão a possibilidade da realização de seminários estaduais para discutir questões que envolvam povos de terreiros, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, quebradeiras de cocos e demais comunidades tradicionais que não têm representatividade no CONSEA. O resultado desses seminários será trazido ao Plenário, quando será analisada a possibilidade da realização de um seminário nacional a respeito dos temas. 6) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – O Conselheiro Antônio Ricardo Domingos da Costa apresentou o resultado da reunião da Comissão. A Comissão propôs pautar o tema: Modelo de gestão, promoção e consolidação de políticas públicas e etnodesenvolvimento e atividades produtivas entre povos indígenas e quilombolas para a Plenária de 12 de agosto deste ano, em parceria com a CP5. Convidou os membros da CP6 para participar da capacitação do PAA, das Oficinas sobre as cestas de alimentos e seminário de articulação, organizados pelo MDS. Solicitou retorno do documento encaminhado – terra e direitos patrimoniais, monitoramento, discutido com CP5 e CP6. Pediu intervenção da Presidência do CONSEA para saber porquê não estão sendo pagos os projetos da Carteira Indígena. Solicitou ao CONSEA a verificação com a Carteira Indígena a possibilidade de financiamento da participação contínua de três representantes indígenas (das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) nas reuniões da CP6. Propôs divisão das responsabilidades para operacionalização das atividades relacionadas à Comissão: i) FUNAI – Diretoria de Assistência e de Assuntos Fundiários; ii) FUNASA – DESAI; iii) Embrapa – CENARGEM; iv) MDA – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural; v) FNDE – retomar; vi) ABRANDH; vii) FIAN. A Secretaria Executiva deverá convocá-los para a reunião da CP6 e os membros da Comissão encaminharão mensagem eletrônica; convidar a Sr^a. Terezinha Maglia, Secretária Executiva da CNPI, para participar da reunião. Lembrou que dia 18 de março deste ano, haverá a finalização do julgamento de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. 7) Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais – A Conselheira Dulce Terezinha da Cunha informou a Comissão tratou da MP 455. Foi feita a apresentação do documento final da Oficina, e debate do mesmo. Houve contato com o MDS para esclarecimentos sobre os projetos de convênio



469 para a construção do SISAN. Quanto à agenda para 2009, os temas prioritários foram
470 mantidos. A Conselheira ressaltou a importância da articulação com as Comissões
471 Permanentes do CONSEA. Devido à demora de uma solução para os convênios do MDS, a
472 Comissão sentiu a necessidade da realização de mais uma reunião dos Presidentes, a ser
473 realizada no mês de junho de 2009. Apresentou o calendário das reuniões regionais, que
474 tem como temas o SISAN e a Conferência + 2. Como resultado das apresentações das
475 Comissões, os seguintes encaminhamentos foram feitos e aprovados: i) A Secretaria do
476 CONSEA ficou responsável por recolher as propostas, organizá-las em um documento e
477 divulgá-lo aos Conselheiros; ii) A Mesa Diretiva se reunirá no dia 26 de março de 2009
478 para análise das agendas das Comissões; iii) A Presidência e a Secretaria do CONSEA
479 ficaram responsáveis por encaminhar a resposta da ANA, tratar do tema da representação
480 indígena e do tema da Carteira Indígena, e fazer levantamento dos CONSEAs Estaduais.
481 Renato Maluf apresentou o calendário das Plenárias do CONSEA que acontecerão até
482 agosto deste ano. A Conselheira Silvia do Amaral do Rigon anunciou que em janeiro deste
483 ano, três crianças indígenas do Paraná morreram por desnutrição como causa básica ou
484 associada. Desde o ano passado, o CONSEA vem tentando acompanhar as situações na
485 região, mas com muita dificuldade. E agora, com as mortes das crianças, o Conselho foi ao
486 local para levantar os dados e saber realmente o que aconteceu, e descobriu que são várias
487 questões, inclusive relativas à FUNAI. O Governo do Estado vai intervir e tentar se
488 envolver mais no assunto. A Conselheira propôs discussão do tema no CONSEA. E disse
489 que existe também falta de comida na comunidade. Quanto a esse assunto, Renato Maluf
490 propôs ao CONSEA Estadual acompanhar o caso de maneira sistemática e a partir daí
491 gerar instrumentos que demandem o CONSEA Nacional. Em complemento ao relato da
492 Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais, o Conselheiro Carlos Eduardo O. de
493 Souza Leite informou que desde dezembro de 2008 os projetos referentes ao Edital do
494 MDS estão em processo de avaliação pelo MDS. O Ministério do Desenvolvimento abriu a
495 oportunidade para que os interessados visitassem o Ministério para saber quais entraves
496 cada Estado tem na liberação desses projetos. A partir da apropriação da situação dos
497 processos, percebeu-se que a situação é crítica para a concretização dos mesmos, por conta
498 de impasses na questão jurídica dos projetos, porque o Governo soltou uma série de
499 procedimentos em torno de convênios, o que tem impedido o MDS de atuar de acordo com
500 o formato do edital que foi feito no ano passado. O Secretário do MDS, Crispim Moreira,
501 ficou de dar uma posição para a Coordenação da Comissão sobre a real viabilidade de
502 esses projetos saírem ou se acontecerá um novo processo de edital. Crispim Moreira
503 acrescentou que o MDS opera duas ações do Plano Plurianual: Acesso à Alimentação e
504 Gestão de Política, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde tem o Programa
505 Apoio à Implantação e Gestão do SISAN. Lembrou que o MDS está zelando pelo bom
506 andamento do Programa, e que em 2008 houve dificuldades para processá-lo bem, mas que
507 em 2009 será feito um bom uso dessa ação criada no PPA. O Presidente do CONSEA
508 apresentou uma agenda de Reuniões Plenárias do CONSEA, e seus respectivos temas: 1)
509 Dias 28 e 29 de abril/2009 - X Plenária CONSEA: Aprovação de conteúdo da III Conf.+2;
510 Plano SAFRA da AF (PAA, PRONAF e PGPM da Sociobiodiversidade. 2) Dias 16 e 17 de
511 junho/2009 – XI Plenária CONSEA: Documento do SISAN; Análise do orçamento e



512 indicadores de SAN (monitoramento); Apresentação da Metodologia de análise das
513 Políticas Públicas na perspectivas dos DHs (CP4). 3) Dias 11 e 12 de agosto/2009 - XII
514 Plenária CONSEA - Mudanças Climáticas (CP2) (a confirmar; Modelo de gestão de
515 políticas públicas e etnodesenvolvimento para os povos e comunidades tradicionais. O
516 Conselheiro Edécio Vigna propôs que os orçamentos fossem discutidos em conjunto com
517 os programas a eles relacionados. O Conselheiro Sílvio Porto propôs ao CONSEA a
518 apresentação de um relatório mensal ou trimestral nas Plenárias do CONSEA com a
519 execução orçamentária das ações e programas de SAN. Para isso, Renato Maluf sugeriu a
520 criação de um banco de dados de indicadores, orçamento e monitoramento sobre segurança
521 alimentar. Foi definido o dia 14 de março deste ano, às 14 horas, para a realização da
522 primeira reunião do grupo que tratará da mobilização para a campanha da PEC. A
523 Representante da ITAIPU Binacional informou que a instituição participará da comissão e
524 contribuirá com o financiamento da campanha. O Conselheiro Malaquias Batista Filho
525 informou que as indústrias de alimentos concordaram em suspender a queda de braços que
526 estavam tendo com a ANVISA a respeito de uma liberdade que elas queriam usufruir sobre
527 a utilização de crianças ou de alimentos para crianças aqui no Brasil. E isso se deve a uma
528 mobilização que houve aqui no Brasil e também a penalizações que essas indústrias
529 estavam tendo em seus países de origem pelo fato de usarem recursos de publicidade de
530 forma contrária aos interesses da saúde da população. O Conselheiro solicitou pautar em
531 futuras reuniões do CONSEA o problema da Palma Forrageira. O Conselheiro Raimundo
532 Reis Nobre propôs que constasse na Lei de Reforma Agrária algum dispositivo impedindo
533 que ribeirinhos e comunidades tradicionais locais vendam terras da Amazônia a
534 estrangeiros. Renato Maluf esclareceu que para a Plenária se pronunciar sobre qualquer
535 assunto, este deve ser tratado primeiro por alguma Comissão. Paralelamente a esta reunião,
536 aconteceu um encontro de alguns Conselheiros com os Deputados Nazareno Fonteles –
537 PT/PI e Carlos Abicalil – PT/MT, Parlamentares envolvidos no processo de negociação
538 política da MP. Após a reunião Conselheira Marília Leão acha que já existe uma tendência
539 do Governo Federal em tentar aprovar a Medida Provisória como está. Existem 78
540 emendas que propõem modificação ou supressão de artigos relevantes. O CONSEA e o
541 Fórum Brasileiro da Segurança Alimentar, através de seus representantes, colocaram as
542 questões centrais, que foi fruto de uma Exposição de Motivos, que será entregue aos
543 Deputados. Conforme já havia sido dito antes, a MP deve trancar a pauta da Câmara dos
544 Deputados no dia 19 de março deste ano, o que significa que para voltar à pauta será
545 preciso apreciação da Medida Provisória. E deve acontecer a votação da matéria na semana
546 vindoura. Para que a posição do CONSEA seja mantida, é preciso ter pessoas que se
547 disponham a acompanhar a votação. O Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca
548 Menezes disse que a Emenda do Deputado Nazareno pode vir a figurar dentro do relatório
549 e pode ser de grande utilidade no jogo da negociação. Renato Maluf considerou que é um
550 jogo pesado e não é conveniente ao CONSEA abrir flancos, sob pena de ter danos maiores.
551 O CONSEA deve se concentrar no que for de fato essencial na concepção de uma
552 perspectiva de negociação, dependendo de como será trâmite no Congresso Nacional,
553 tendo duas referências principais: i) As Emendas do Deputado Nazareno Fonteles, relativa
554 à terceirização da alimentação escolar e aos 30% de produtos da Agricultura Familiar.



Foram indicados para acompanhar o processo da PEC: Marília Leão, Albaneide Peixinho, Vanessa Schottz, Gilberto Portes, Chico Menezes. 7. Às 18:00 - Encerramento: Sem mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.

LISTA DE PRESENÇA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA
DATA: 11 de março de 2009

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Altemir Tortelli
Antonio José da Costa
Antonio Ricardo Domingos da Costa
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Elda Regina Leite Galvão de Ávila
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gilberto Portes de Oliveira
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Malaquias Batista Filho
Maria Emilia Pacheco
Maria Querubina Neta
Naidison de Quintelle Baptista
Raimundo Reis Nobre
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sérgio Jamil Maluf
Rui Ricard da Luz
Sandra Chaves
Ubiraci Dantas de Oliveira
Viginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Dulce Terezinha da Cunha
Elisabeta Recine
Matilene Alves de Souza
Pedro Makumbundu Kitoko
Sônia Cleide Ferreira da Silva
Theonas Gomes Pereira
Werner Fuchs



598

599 **REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL**

600

601 **Albaneida Peixinho – Ministério da Educação e Cultura**

602 **Cilair – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

603

604

605

606 **REPRESENTANTES DOS MINISTROS**

607 **Aloísio Lopes Pereira de Melo – Ministério da Fazenda**

608 **Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconellos – Ministério da Saúde**

609 **Egon Krakhecke – Ministério do Meio Ambiente**

610 **Crispim Moreira – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

611 **Joe Carlos Viana Valle – Ministério da Ciência e Tecnologia**

612 **Milton Rondó Filho – Ministério das Relações Exteriores**

613

614

615 **OBSERVADORES**

616 **Assessoria Especial da RR – Adriana Santos**

617 **Selvino Heck - Assessoria Especial da RR**

618 **José Tobino – FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**

619 **Meiry Andrea Borges David – Talher Nacional**

620 **Carlos Américo Basco - UCA**

621 **Paulo Bruno/Cláudia Márcia R. Roseno – SESC**

622 **Celso Marcatto – Action Aid**

623 **Olga Matos – Heifer**

624 **Rosângela da Silva – Itaipu Binacional**

625

626

627 **CONVIDADOS**

628 **Iara Monteiro**

629 **Mariana Cortes**

630 **Monica Cristina de Souza**

631 **Priscila Dario El-Moor Hadja**

632 **Rocilda Moreira**

633 **Valéria Burity**

634 **Maria Madalena Izoton 0 CONABE**

635 **Eudes Ferreira da Costa – MT**

636 **Fabício Santos Barbacena**

637 **Salima E. N. Passamani**

638 **Germano Batista**

639 **Helena Silva – CONSEA**

640 **Iramar Cardoso da Silva**



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



-
- 641 Priscilla Araujo – CONDRAF/MDA
642 Nazaré Correia – CONSEA/AM
643 Fernando Rosero – CAFOLIS/Equador
644 Jorge Terón– CAFOLIS/Equador
645 Núbia de Sousa Ferro – Senado (Gab. Sem. Valadares)
646 Michele Lessa de Queiroz – FNDE
647 Rosália Aparecida da Silva- Cidadã MS
648 Lucimara Garcia Morais – FAN Brasil
649 Valesca J. Cesar – CONSEA MS
650 Patrícia Dário El-Moor Hadja
651 Ana Flávia Rocha de Mello e Souza
652 Alaíde Oliveira do Nascimento
653 Alexandro R. Pinto
654 Antônio Leopoldo
655 Bianca Lazarini Cunha
656 Carolina Magno
657 Daniela Siqueira
658 Danilo Vieira
659 Dionara Borges Andreani Barbosa
660 Frederico Guanais
661 Guilherme Crispim Hundley
662 Iara Monteiro
663 Junia Paula Gomes de Almeida
664 Kamila Thabita Alves da Silva
665 Karen Santana de Almeida
666 Lea Rocchi Sales
667 Leonor Maria Pacheco Santos
668 Letícia Santana Silva
669 Luciane Ferrareto
670 Lucélia Luiz Pereira
671 Mariana Cortes]
672 Patrícia Chaves Gentil
673 Patrícia Dário El-Moor Hadja
674 Pedro Bavaresco
675 Renata Mainenti Gomes
676 Sigildes Bacelar Francesconi
677 Teresa Lamounier
678 Tânia M. E. Cruz
679 Thaís Franceschini
680 Analu C. S. Sousa - ABRANDH
681 Valeria Buriti – ABRANDH
682 Célia Varela – FIAN Brasil
683 Kátia Maria – RJ



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



684 Ângela Rocha - BA